

A sucessão em pequenas propriedades familiares do Oeste catarinense

Marilize Radin Frattini

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS-Chapecó) e professora de História na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).
radinfrattini@gmail.com

Introdução

O debate que se estabelece acerca da relevância e do papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionado pelo discurso do desenvolvimento sustentável, da geração de emprego e renda, segurança alimentar e projeção local. Mesmo que este segmento social tenha sido pouco valorizado no contexto das políticas quando comparado ao agronegócio, é notória a sua importância na configuração do espaço agrário brasileiro. No Oeste catarinense, a produção agrícola em pequenas propriedades é historicamente compreendida como o motor do desenvolvimento e o elemento-chave para a inserção da região no cenário econômico nacional na fase inicial do século XX.

A fixação de colonos, provindos principalmente das primeiras colônias do Rio Grande do Sul, constituiu um projeto estruturado pelo poder público e posto em prática por empresas particulares. O grau de aproximação com o mercado e as políticas de apoio apresentaram-se como o diferencial para o desenvolvimento e a manutenção das pequenas propriedades familiares (Frattini, 2024). Esses fatores definiram a trajetória da agricultura e o destaque assumido pela região Oeste no cultivo de cereais e na criação de animais. As famílias, em que pese, produzissem para subsistência, comercializavam o excedente de produção. Essa dinâmica capitalizou os colonos, que gradativamente foram sendo envolvidos no cenário capitalista.

Observando que a partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, a partir da década de 1990, o Oeste vem passando por uma reestruturação produtiva, tecnológica e industrial, com impactos diretos sobre a agricultura familiar, este breve estudo abriga uma reflexão sobre as questões que permeiam o processo sucessório nas pequenas propriedades agrícolas do Oeste catarinense. Aspectos econômicos, gerenciais, sociais e governamentais apresentam-se como elementos determinantes para a permanência das gerações subsequentes no campo. Nessa realidade, é importante observar a forma com que esses fatores interferem na tomada de decisão do agricultor para a permanência na pequena propriedade.

No Oeste catarinense, a agricultura familiar instituiu um viés de desenvolvimento econômico e social no início do século XX. Ao compreender as alterações no processo produtivo na fase final desse período e as dificuldades que envolvem as transições sucessórias, o estudo propende contribuir com as discussões e prerrogativas que permeiam o novo contorno rural regional.

Objetivo

O objetivo aqui consiste em compreender a problemática da sucessão familiar em pequenas propriedades do Oeste catarinense no final do século XX e início do século XXI, destacando o cenário que vem provocando tal situação.

Metodologia

A pesquisa foi estabelecida a partir da análise de bibliografias que detalham sobre a temática da produção agrícola familiar no Brasil e, especialmente, artigos indexados em revistas científicas, relacionados à sucessão agrícola familiar no Oeste catarinense na fase final do século XX e início do século XXI. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e em documentos vinculados ao Ministério da Agricultura foram fontes importantes para confirmar que a continuidade da característica fundiária da pequena propriedade, gerida e trabalhada pela família, como em geral ocorreu em períodos anteriores, depende de sucessores.

O estudo, qualitativo e exploratório, visa abarcar os significados e as características da problemática de pesquisa, observando que o declínio de transferência de propriedades rurais para sucessores, a diminuição do número de novos proprietários rurais e o consequente aumento no tamanho de novos imóveis apresentam-se como realidades nas propriedades do Oeste de Santa Catarina.

Resultados conclusivos

A sucessão rural é um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar na atualidade. A principal característica deste processo é a transferência pelos pais do controle da gestão do patrimônio familiar aos seus filhos. Por consequência, o processo torna-se fundamental para a manutenção do viés de produção baseado na pequena propriedade e está diretamente ligado à juventude rural.

Até a primeira metade do século XX, como assinala Silvino Santin (1990), ser agricultor, proprietário e responsável pela produção era considerada uma condição relevante. A possibilidade de adquirir novas terras pelo gestor principal, normalmente o pai, visando a continuidade geracional, ocasionava um processo sucessório espontâneo.

A produção nas pequenas propriedades envolvia a família. Nos períodos em que a demanda de trabalho para o plantio, a colheita ou a derrubada da mata era mais dispendiosa, mutirões eram organizados. As comunidades coloniais formavam um arranjo em que as dificuldades individuais eram resolvidas de forma coletiva. Mantinham-se, assim, a base da propriedade constituída pela família e a produção para a subsistência, com a comercialização dos excedentes.

Na atualidade, a agricultura familiar é responsável por grande parte do cultivo de alimentos do estado e país, ocupando a maioria da população rural trabalhadora. Conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), esse viés responde por 23% de toda a produção agropecuária brasileira e emprega 67% da mão de obra no setor. Santa Catarina destaca-se entre os principais estados brasileiros produtores de alimentos, apresentando elevados índices de produtividade por área. A característica de produção familiar prevalece em mais de 80% das propriedades rurais.

Constituída historicamente, essa realidade perpassa por significativas transformações. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (1996), o processo de modernização da agricultura a partir da década de 1950 e, mais recentemente, os processos de globalização deflagrados nos anos 1990 têm trazido ao cenário atual mudanças nos padrões de funcionamento das unidades produtivas de base familiar, assim como a relação desse setor com a economia e a sociedade.

É possível averiguar essas mudanças, por exemplo, ao observar a área destinada à agricultura em Santa Catarina. Em números gerais, percebe-se um aumento de 6,3% nos percentuais de produção para o período de 2006 para 2017. No entanto, o que chama atenção é a redução de 5,4% no número de estabelecimentos e de 12,89% no número de pessoas ocupadas no campo, para o mesmo período (IBGE, 2017). Esses dados, de antemão, evidenciam o declínio de transferência de propriedades rurais para sucessores, a diminuição do número de novos proprietários rurais e o consequente aumento no tamanho de novos imóveis.

Conforme os relatórios, em Santa Catarina, aproximadamente 364 mil pessoas estão diretamente ligadas e atuando em pequenas propriedades agrícolas familiares. Destas, apenas 2.240 são menores de 25 anos (IBGE, 2017). Por mais que os dados indiquem a projeção do Estado, as

inúmeras dificuldades, decorrentes de um processo histórico de transformações no campo, aproximam a realidade das distintas regiões em que a agricultura familiar está presente. A falta de perspectivas para os jovens agricultores repercute diretamente na permanência e continuidade das atividades rurais.

Acerca dessa lógica, Milton Luiz Silvestre *et al.* (2001) assinalam que as dificuldades de sucessão não são decorrentes apenas da forma de produção e organização familiar, mas da falta de decisões políticas e econômicas que sejam efetivas para a manutenção das famílias no campo. A predominância de atividades agrícolas que geram pouca renda, a reduzida participação dos pequenos produtores no preço final dos produtos e os escassos conhecimentos gerenciais e de mercado por parte dos agricultores endossam o afastamento dos sucessores nas propriedades familiares (Fischer *et al.*, 2020).

A dificuldade da reprodução social no campo, em muitos casos, revelou-se como reflexo do pouco envolvimento dos filhos. Os jovens não são incentivados pelos pais e, geralmente, afastados da tomada de decisão e gestão dos negócios. Elideth Pacheco Monteiro *et al.* (2024) enfatizam que quando um membro da família não é preparado para assumir a responsabilidade enquanto gestor dos negócios, o acesso aos bens materiais e imateriais da unidade de produção ocorre somente quando os mais velhos morrem ou perdem a capacidade de gestão. A “sucessão tardia”, normalmente ocasionada de forma abrupta e inesperada, reduz a perspectiva de que o jovem esteja inserido no processo de produção e no conseqüente melhoramento da propriedade.

Para parte dos agricultores, essas condições refletem uma resistência ao processo de modernização e à incorporação de novos olhares para a produção em pequenas propriedades. Para outros, é resultado da adaptação/exclusão ao processo de globalização e das novas dinâmicas econômicas em que estão inseridos (Rotta, 2012).

Essas contradições dimensionam a complexidade que envolve a pequena produção familiar. Observa-se que, apesar de sua expressividade, a agricultura familiar na contemporaneidade passa por um enfraquecimento quando comparada à produção comercial. O cenário que vem provocando tal situação é característico não apenas do Oeste catarinense, mas das áreas de assentamentos de imigrantes e migrantes.

O direcionamento de recursos públicos pode ser identificado como umas das alternativas mais eficazes para o fortalecimento da produção agrícola, simultaneamente com a competitividade e o desenvolvimento socioeconômico. No que concerne o Estado de Santa Catarina, é possível observar que 76,62% dos financiamentos e programas de apoio são do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹. Outros benefícios, como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o Programa de Fomento e iniciativas federal, estadual ou municipal, completam os números. A finalidade dos empréstimos, segundo o IBGE (2017), são consecutivamente investimentos, custeio e comercialização da produção.

Os direcionamentos de ordem pública, associados à readequação das atividades desenvolvidas pelas famílias, integrando o jovem agricultor através da profissionalização da agricultura, podem ser considerados as novas dimensões para o fortalecimento desse viés de produção no século XXI. Entender a complexidade de relações que existe no mundo rural, com suas crenças, valores e angústias, será o requisito básico para a compreensão das nuances que permeiam o processo de permanência dos jovens no campo e uma construção sucessória de sucesso. Para Fischer *et al.* (2020), o momento requer a busca de novas formas de aprendizagem, novas práticas para a organização da produção familiar e novas estratégias de inserção no mercado.

Referências

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UTF/BRA/036. Publicado em agosto 1996. Brasília.

FISCHER, Carmen G.; et al. **Perspectivas da sucessão familiar em propriedades rurais de Videira – SC**. Revista FAE. Curitiba: v. 23, n. 2, p. 30-44, jul./ dez. 2020.

FOSSÁ, Juliano Luiz. Alterações na agricultura familiar de Santa Catarina a partir do PRONAF. **Revista Economia**. Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 168-185, jan./mar., 2022.

FRATTINI, Marilize R.; RADIN, José C. **De Cruzeiro a Joaçaba**: colonização e implicações socioeconômicas. Passo Fundo: Acervus, 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/#:~:text=IBGE%20%7C%20Censo%20Agro%202017%20%7C%20Home> . Acesso em 01/10/2024

MONTEIRO, Elideth Pacheco; et al. Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis, v. 9, 2024.

ROTTA, Edeimar. Trajetórias camponesas: resistências, exclusões, êxodos e tentativas de reinserção. In: ZARTH, Paulo (org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida: Chapecó: UFS, 2012.

¹ Instituído pelo presidente Fernando Henrique Cardoso por meio do Decreto Presidencial n. 1.964/1996, de 28 de julho, o Pronaf foi considerado a primeira tentativa de apoio político específico para a Agricultura Familiar do país. Para maiores informações sobre as mudanças na agricultura familiar em Santa Catarina após o Pronaf, ver: Fossá (2022).

SANTIN, Silvino. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: De Boni, Luís A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre, Torino: Escola superior de Teologia. Fondazione Giovanni Agenelli, 1990, p. 447 – 461.

SILVESTRE, Milton Luiz; et al. **Agricultura Catarinense**: repensando novas possibilidades. Agropecuária Catarinense: V. 14, n. 2, jul. de 2001